

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFJF: DISCUSSÕES SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E PEDAGÓGICA

INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE HUMANITIES INSTITUTE OF UFJF: DISCUSSIONS ABOUT ARCHITECTURAL AND PEDAGOGICAL ACCESSIBILITY

MARTINS, Karoline Machado Innocencio

SOUZA, Elisabeth Goncalves De

QUIOSSA, Amanda Sangy

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa realizada para o Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAED/UFJF), busca apresentar o processo de acolhida e permanência dos alunos com deficiência que estudam nas graduações do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais-ICH/UFJF. Nosso objetivo foi investigar as principais barreiras no processo de acolhimento e permanência dos alunos com deficiência, no ICH/UFJF. Através de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, buscamos traçar um panorama da acolhida e permanência dos alunos com deficiência matriculados em cursos de graduação no âmbito do referido instituto. Nosso intuito é propor reflexões sobre a importância de lutarmos por uma educação superior mais justa e inclusiva, haja vista que atualmente existem leis que garantem o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, mas é necessário efetivar a operacionalização dessas leis. O desenvolvimento conceitual tem por base autores que visam a despertar reflexões e ações afirmativas como Chauí (2003), Mantoan (2003), Mendes (2006), Prieto (2006), Antunes (2012), Ramos (2010), Cabral e Santos (2017), dentre outros. Ao fim de nossa investigação, concluímos que as políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior começam a tomar forma, porém ainda é necessário um longo caminho a

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento
educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

percorrer para que ações inclusivas efetivas façam parte da cultura universitária. Reestruturar espaços e consolidar ações educativas e de atendimento aos educandos são os pontos mais urgentes a serem tratados.

Palavras-Chave: Alunos com deficiência. Instituto de Ciências Humanas. Acessibilidade. Inclusão.

Abstract: This article, the result of a research carried out for the Master in Management and Evaluation of Public Education (CAED/UFJF), seeks to present the process of receiving and permanence of students with disabilities who study at the graduations of the Institute of Human Sciences of the Federal University of Minas Gerais-ICH / UFJF. We aimed, in the course of the research from which this text resulted, to investigate the main barriers in the process of welcoming and keeping students with disabilities, at ICH / UFJF. Through bibliographical, documentary and field research, we seek to outline an overview of the reception and permanence of students with disabilities enrolled in undergraduate courses within the scope of the referred institute. Our aim is to propose reflections on the importance of fighting for a fairer and more inclusive higher education, given that currently there are laws that guarantee the access for people with disabilities in higher education, but it is necessary to make these laws operational. The conceptual development is based on authors that aim to awaken reflections and affirmative actions such as Chauí (2003), Mantoan (2003), Mendes (2006), Prieto (2006), Antunes (2012), Ramos (2010), Cabral and Santos (2017), among others. At the end of our investigation, we concluded that public policies aimed at the inclusion of people with disabilities in Higher Education started to take place, but there is still a long way to go before effective inclusive actions are part of the university culture. Restructuring spaces and consolidating educational and service actions for students are the most urgent points to be addressed.

Keywords: Students with disabilities. Human Sciences Institute. Accessibility. Inclusion.

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Essa pesquisa buscou investigar o processo de acolhida e permanência dos alunos com deficiência que estudam no Instituto de Ciências Humanas – ICH, na UFJF.

Consideramos, neste trabalho, que o acolhimento é algo maior do que somente o acesso a espaços educacionais por estudantes, sendo sobretudo uma maneira de promoção da acessibilidade físico-arquitetônica, pedagógica e atitudinal para os alunos com deficiência. Neste trabalho, destacaremos as duas primeiras formas de acessibilidade, físico-arquitetônica e pedagógica.

A motivação para a realização da pesquisa vem da atuação da primeira autora desse artigo, que é Técnica-Administrativa em Educação (TAE) na UFJF, lotada na Secretaria Geral do ICH, onde desempenha funções administrativas na Secretaria Geral e na Secretaria de Infraestrutura. Na Secretaria Geral, os TAEs executam tarefas relativas ao acolhimento e resposta a diferentes demandas que surgem por meio de servidores de outras unidades acadêmicas ou administrativas da UFJF. Nessa secretaria, ocorre o atendimento ao público discente, docente e a pessoas da comunidade. Também é prestada assistência administrativa às 8 (oito) coordenações de cursos de graduação, que são as seguintes: Bacharelado em Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciência da Religião, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Turismo.

Nesse contexto, no desempenho de funções rotineiras, algumas vezes foi possível perceber situações vivenciadas por alunos com deficiência que poderiam ser evitadas, caso houvesse plano de ação e capacitação por parte dos servidores para melhor atender a esse perfil discente. A questão que orientou a pesquisa desenvolvida foi: Quais as principais barreiras no processo de acolhimento e permanência dos alunos com deficiência, no ICH/UFJF? Acreditamos na função das universidades como instituições sociais que têm o papel de democratizar o acesso ao saber, e, especialmente, assegurar a inclusão dos discentes com a devida qualidade e equidade. É a partir dessa perspectiva que buscamos discutir práticas inclusivas em uma Instituição de Ensino Superior pública.

Após o decreto 9.034/2017, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio de autodeclarados pretos, pardos

e indígenas e por pessoas com deficiência, entrar em vigor na UFJF, houve melhoria nas condições de acesso ao ensino superior para este perfil discente. A política de cotas propicia o ingresso ao ensino superior, contudo, são importantes políticas que possibilitem que esses estudantes sejam bem acolhidos e permaneçam na universidade.

Embora a UFJF já possua setores direcionados a prestar atendimento e apoio aos alunos com deficiência da UFJF, como o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), acreditamos na importância de os Institutos trabalhem de maneira integrada com estes setores, de modo a dar continuidade às ações já desenvolvidas e também a criar novas ações que se adequem à realidade da unidade.

Este trabalho está organizado de forma a trazer um panorama das Políticas Inclusivas na UFJF, seguido da apresentação do processo de acolhida e permanência de alunos com deficiência no ICH/UFJF e de uma discussão sobre suas principais barreiras para inclusão. Por fim, são apresentadas considerações finais, acerca da relevância do desenvolvimento de políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e do longo caminho que ainda precisa ser percorrido.

Desenvolvimento

No Brasil, iniciativas de educação de pessoas com deficiência podem ser constatadas no século XIX, e, acompanhando a tendência da época, somente em instituições residenciais e hospitalares, excluídos do sistema de educação geral. O início da institucionalização da educação especial no Brasil coincidiu com o auge da hegemonia da filosofia da “normalização” no contexto mundial, e, por cerca de trinta anos, adotou-se o princípio de integração escolar, até que emergiu a defesa da educação inclusiva, a partir de meados da década de 1990 (MENDES, 2006).

Prieto (2006), assim como Mendes (2006), enfatizam que a partir de meados de 1990, os princípios da educação inclusiva começaram a se fortalecer. A autora salienta que a LDB (1996) deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis. Contudo, a autora ressalta que, atualmente, embora o direito à educação esteja presente na legislação brasileira, bem como

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

em debates e publicações acadêmicas, na prática a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar ainda não foi efetivada. Para a autora, a sociedade democrática entra em contradição quando declara nos marcos legais o direito de todos à educação e na prática ocorre resistência social à sua efetivação.

A inclusão pode ser considerada produto de uma educação plural, democrática e transgressora, que é capaz de promover mudanças positivas na identidade institucional, abalando o senso identitário dos docentes, conduzindo a uma ressignificação da identidade dos discentes (MANTOAN, 2003). Desta forma, a autora enfatiza que “o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais” (MANTOAN, 2003, p. 32).

Prieto (2006) salienta que a expansão do acesso de alunos com deficiência à educação, em qualquer nível, da escolarização básica ao ensino superior, demanda investimentos de diversas naturezas e também o planejamento de ações que assegurem a permanência desses alunos, compreendida como aprendizagem e desenvolvimento.

Diante do exposto, identificamos a necessidade de assegurar não apenas o acesso dos alunos com deficiência nos diferentes níveis escolares, mas, sobretudo, a permanência e o prosseguimento do estudo desses educandos, exigindo o cumprimento das leis por parte do Estado para atender às necessidades educacionais de todos. A seguir serão apresentadas as políticas inclusivas da UFJF e identificados os principais desafios acerca da educação inclusiva no ensino superior.

Políticas Inclusivas na UFJF

Primeiramente, para verificarmos se existe planejamento inclusivo para as pessoas com deficiência no contexto da UFJF, destacamos a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF (2006-2020), haja vista que este é o principal instrumento de planejamento estratégico da instituição e contempla um período de cinco anos, vigorando de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2020, de acordo com a Resolução nº 40/2015. Além de exprimir a missão da instituição e os princípios que amparam suas práticas, o PDI (2016-2020) estabelece amplas diretrizes que norteiam todas as ações da UFJF, bem como os objetivos e metas que devem ser alcançados pelas diversas unidades acadêmicas e setores administrativos ao longo de cinco anos (UFJF, 2016a).

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

No que concerne ao assunto de políticas inclusivas na UFJF, no PDI (2016-2020) é destacado que as ações afirmativas têm por finalidade promover condições institucionais que permitam a implementação e acompanhamento de políticas públicas a elas direcionadas às ações na UFJF, envolvendo os discentes, docentes e técnicos administrativos em educação.

No PDI (2016-2020) ressalta-se que a Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) desenvolve trabalhos direcionados para a articulação dos diferentes órgãos da Universidade, no intuito de adotar estratégias técnicas e político-institucionais para a sensibilização e mobilização da comunidade universitária, com referência às diversas realidades presentes na diversidade social existente na universidade e na sociedade em geral, correlacionadas a questões étnico-raciais, a sistemas de cotas, a gênero, a sexualidade, a tradição das culturas e a pessoas com deficiência (UFJF, 2016a).

Ainda no referido documento, fica estabelecido o intercâmbio com a sociedade civil por meio da integração com os conselhos municipais de valorização da população negra e dos direitos da pessoa com deficiência, participando, igualmente, da realização da Semana Comemorativa do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência - evento de caráter municipal (UFJF, 2016a).

A Resolução nº 111/2018 aprova o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das Licenciaturas. Este plano é a base para a formação acadêmica profissional de professores e demais profissionais da educação básica, estabelecendo condições institucionais para a construção da identidade e para a valorização dos cursos de licenciatura. Avanços para superar o formato tradicional da distribuição de disciplinas específicas e pedagógicas também estão inclusos. De acordo com a coordenadora do Fórum das Licenciaturas, Angélica Cosenza, o plano representa “o fortalecimento da autonomia universitária, considerando que, cada vez mais, é preciso pensar e escolher, enquanto instituição, o tipo de formação desejada para os professores”. Ela ressalta também que “o PPI fortalece uma educação democrática, inclusiva e politicamente fortalecida. Além disso, propõe centralidade em direitos humanos, diversidade e inclusão, o que é fundamental em tempos em que a docência é descaracterizada na sociedade” (UFJF, 2018k).

É válido ressaltarmos que os cursos de graduação também devem se mobilizar e se organizar para que seus projetos pedagógicos permitam a inclusão de pessoas com deficiência. Não bastam somente políticas macro na UFJF, os cursos de graduação precisam

estar inseridos no processo de permanência dos alunos com deficiência. Além das formações dos docentes, também é válido que seja inserido, nos projetos de curso, capítulo que aborde os direitos das pessoas com deficiência, as formas de acessibilidade à Universidade, para onde devem ser encaminhadas as demandas das pessoas com deficiência, bem como o que devem fazer.

O Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) da UFJF, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião ordinária do dia 23 de agosto de 2018, aprova a criação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFJF, vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas (DIAFF), à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Ressalta-se na Resolução 92/2018, artigo 2º que “o NAI terá como objetivo construir e implementar políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação da UFJF” (UFJF,2018j, p.1).

No que se refere ao ingresso dos alunos com deficiência na UFJF, para garantir condições justas na seleção das pessoas com deficiência e evitar possíveis desvios do decreto 9.034/2017, a Universidade criou em 2017 a Comissão de Análise de Matrícula. Desta forma, a avaliação das condições que motivaram o candidato a pleitear vagas é feita por comissão composta por profissionais da Universidade e coordenada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Durante a matrícula presencial, o candidato responde a um questionário sobre a deficiência declarada, bem como entrega a documentação que consta em edital para a avaliação da Comissão (UFJF, 2018b).

No âmbito da UFJF, o trabalho da Comissão de Análise de Matrícula é realizado por uma equipe multidisciplinar formada por 8 (oito) profissionais: três professores da Faculdade de Medicina, dois médicos do Hospital Universitário, um psicólogo da Pró - Reitoria de Assistência Estudantil, um advogado da PROGRAD e a professora da Faculdade de Educação Katiuscia Vargas, presidente. Esta enfatiza que “após analisar o laudo médico bem como outra documentação complementar que ateste a condição dos candidatos, a Comissão procede ao deferimento ou indeferimento dos processos”. Ademais, a Comissão também pode pedir que o candidato compareça para uma entrevista, para embasar a decisão (UFJF, 2018b).

Ressaltamos que para comprovar a condição e garantir o preenchimento de vaga reservada a alunos com deficiência, o candidato precisa apresentar laudo médico original e impresso, no qual o conteúdo precisa atestar sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência (UFJF, 2017), seguindo os termos do artigo 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de dezembro de 1999.

Outrossim, é preciso referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID-10 e a provável causa da deficiência. O documento deve conter nome legível, carimbo, assinatura, especialização e número do Conselho Regional de Medicina (CRM) ou do Registro do Ministério da Saúde (RMS) do médico especialista que forneceu o laudo. Esse documento precisa ser emitido nos últimos dois meses que antecedem o Processo Seletivo e necessita ser um laudo médico (UFJF, 2017).

Existe também na UFJF um processo seletivo que estabelece cotas exclusivamente para pessoas surdas que desejam ingressar no curso de Letras-Libras. Destacamos que a forma de ingresso para este curso não é feito por meio do decreto de cotas 9.034 de 2017. Assim, para pleitear vaga exclusivamente neste processo de seleção, o candidato surdo precisa apresentar no momento do cadastramento da inscrição, uma cópia autenticada de laudo especializado. O documento deve atender aos requisitos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº 5.626/2005 que considera deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (UFJF, 2017).

Conforme o portal da UFJF (2018a), desde a última edição do SISU, ao final do primeiro semestre de 2017, as vagas aparecem divididas em nove grupos de acesso. Cinco deles são destinados à ampla concorrência (com 50% das vagas) e os outros quatro à política de cotas do Governo Federal (com os outros 50%). Dentro das vagas para as cotas, quatro grupos foram criados para pessoas com deficiência. A mudança foi feita em dezembro de 2016 e entrou em vigor em abril de 2017 na UFJF. Já no primeiro semestre 2018, a UFJF passou a oferecer 1.117 (mil cento e dezessete) vagas em 57 (cinquenta e sete) opções de cursos, no campus de Juiz de Fora. Além do Sisu, que reúne 50% das vagas da UFJF, a instituição também realiza o Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) e o vestibular para o Ensino a Distância (EAD).

Diante do exposto, identificamos a relevância na elaboração participativa e democrática de políticas de ações afirmativas referentes à acessibilidade e inclusão na UFJF. Além disso, percebemos que diante da diversidade de diretorias, Pró-Reitorias, Institutos e Faculdades pertencentes à universidade, é de extrema relevância haver integração entre os setores desta Instituição, especialmente no que se refere aos trabalhos da DIAFF e NAI terem suporte e continuidade dentro dos institutos, como é o caso do ICH, local onde foi realizada a pesquisa cujos dados e análises discutiremos a seguir.

O processo de acolhida e permanência de alunos com deficiência no ICH/UFJF e suas principais barreiras para inclusão

A metodologia adotada para o levantamento de dados da pesquisa que resultou neste texto envolveu a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Na pesquisa documental, utilizamos o aparato normativo, além de informações extraídas do portal da UFJF.

Na pesquisa de campo optamos pela entrevista semiestruturada. A entrevista é válida para evidenciar as crenças e valores de universos sociais específicos, bem como para explicitar os conflitos e tradições.

As entrevistas aconteceram em salas do ICH, envolvendo os seguintes atores: 2 (dois) Gestores Superiores PROGRAD (GS 1 e 2); 8 (oito) Coordenadores de Graduação ICH (C de 1 a 8); 3 (três) TAEs (T de 1 a 3) e alunos com deficiência matriculados em Graduações do ICH (D de 1 a 5).

Em nossa análise documental, observamos que o Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, capítulo III, Art. 8º considera para os fins de barreiras:

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004, p.5).

De acordo com Almeida e Fernandes (2016) é relevante ressignificar ações nas universidades que possibilitem discussões e, sobretudo, a efetividade de políticas dentro das instituições, em vista de desconstruir barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais para pensar em um ambiente acadêmico que vivencia valores e princípios inclusivos.

Segundo o entrevistado GS2, no que concerne à acessibilidade física/arquitetônica de estudantes com deficiência matriculados na UFJF:

[...] a PROINFRA tem trabalhado no sentido de identificar quais prédios necessitam de adaptações. Todavia, em função da extensão da UFJF e da diversidade de unidades e faculdades, é necessário um mapeamento para identificar as demandas de cada local e, assim, planejar as ações. O ICH, como é um prédio mais novo, possui elevadores, rampas e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. Mas mesmo sendo um prédio mais novo, necessita de mais adaptações. Já em outros institutos, que possuem construções mais antigas, não existem elevadores, rampas de acesso, banheiros adaptados, pisos antiderrapantes... De maneira geral, a UFJF tem se empenhado em promover melhorias, avançou bastante, mas é necessário haver o mapeamento das demandas de cada setor (GS2. Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2018).

Já o entrevistado GS1 relata que

um fator que é importante destacar é o fato de a UFJF, bem como as demais universidades públicas, estar sendo penalizada pelos cortes no orçamento e restrição de concursos públicos. Isso acaba que nos limita em termos de mudanças físicas e arquitetônicas que demandam mais gastos financeiros, uma vez que na UFJF existem diversos prédios antigos que necessitam ser adaptados (GS2. Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2018).

A partir dos dados da pesquisa de campo, percebemos que o ICH conta com alguns espaços acessíveis, como é o caso da presença de 2 (dois) elevadores em cada Bloco (A, B, C), totalizando 6 (seis) elevadores. Nos Blocos A, B e C, que possuem 4 andares, a presença de elevadores possibilita que as pessoas com mobilidade reduzida possam ter acesso aos andares superiores do Instituto, onde localizam-se as coordenações das graduações, chefias de departamentos, laboratórios, núcleos, salas de aula e gabinetes dos docentes. Além disso, o Instituto possui 24 (vinte e quatro) banheiros destinados a estudantes com deficiência e 4 (quatro) vagas de estacionamento demarcadas para pessoas com deficiência. Porém, a acessibilidade física não está presente em todos os ambientes do Instituto. Reforçamos, ainda que a questão da inclusão perpassa pela acessibilidade arquitetônica, mas vai além dela.

Como pontos positivos no que se refere à acessibilidade física no uso dos espaços em comum no ICH, o entrevistado D2 salienta o seguinte: “sou deficiente físico, tenho

esgotamento físico por enfraquecimento dos músculos, mas acho a minha locomoção no ICH tranquila. De melhor são os elevadores, vagas demarcadas para deficientes, os professores são atenciosos” (D2. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2018).

Reforçando aspectos positivos no ICH, o entrevistado D4 afirma isto: “acho ótimo estudar no ICH, para mim, que a minha maior dificuldade é de locomoção, elejo que o que há de melhor aqui é o elevador” (D4. Entrevista concedida em 14 de novembro de 2018).

Do mesmo modo, o entrevistado C5 salienta: “como pontos positivos no ICH, destaco a presença de seis elevadores; vagas no estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência e os banheiros para pessoas com deficiência” (C5. Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Já o entrevistado C4 destaca que, embora o ICH tenha elevadores, nem sempre estão com a manutenção em dia:

[...] foi necessário pedir para trocar de sala de aula para o andar térreo {aluno com deficiência de locomoção}, porque os dois elevadores do bloco no qual eu ministrava aulas estavam estragados. Nesta ocasião, a secretaria auxiliou trocando a sala. Como o ICH possui muitas salas no térreo, o ideal é que as turmas que tenham alunos com dificuldade de locomoção, tenham prioridade para utilizar as salas térreas para que não seja necessário utilizar escadas, caso os elevadores deem defeito. (C4. Entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

Além disso, conforme o entrevistado D4: “Enfrento dificuldades arquitetônicas quando preciso usar a biblioteca, pois não há elevador para o 2º piso” (D4. Entrevista concedida em 14 de novembro de 2018). C5: “[...] acredito que a biblioteca necessita de elevador porque possui acervo e sala de estudos no segundo andar” (C5. Entrevista concedida em 20 de novembro 2018).

O fato de a biblioteca necessitar de um elevador também pode ser identificado nas falas de outros entrevistados. T3: “O ICH possui elevadores nos prédios onde estão localizadas as salas de aula, laboratórios e gabinetes de professores. No entanto, na biblioteca, local onde trabalho, não existe elevador.” (T3. Entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Já o entrevistado C2 afirma que o uso do espaço comum do ICH pode tornar-se mais acessível aos alunos com deficiência se “melhorar a disposição das carteiras em salas de aula; tiver mesas maiores que se adequem ao aluno cadeirante; manutenção dos

elevadores com periodicidade, pois sei que às vezes ficam sem funcionar” (C2. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2018).

Neste contexto, o entrevistado T2 destaca que:

O ICH possui elevadores, rampas, vagas para pessoas com deficiência no estacionamento, banheiros para pessoas com deficiência (mas com a ressalva que precisam de melhorias). Mas não temos piso tátil e nem elevador na biblioteca. Além disso, algumas salas de aulas possuem degraus e as salas de aula para os cursos de pós-graduação, localizadas nos terceiros andares dos Blocos A, B e C são bem pequenas. (T2. Entrevista concedida em 21 de novembro de 2018).

Outro fator que dificulta a acessibilidade dos estudantes com deficiência é a barreira do transporte: D5 afirma, sobre isso: “Tive muitos problemas com vagas e deslocamentos com ônibus, para mim é inviável tanto do meu bairro quanto o interno da UFJF que tem horário para funcionar. Isso me limita” (D5. Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018).

Já o entrevistado D1, quando questionado acerca da acessibilidade física/arquitetônica no ICH responde:

No meu caso seria uma sala para alimentação, pois sou gastromizado. Os banheiros que antes ficavam trancados, agora ficam abertos e são pelo menos muito limpos, então já existe esse recurso. Além do acesso por meio de elevadores. Talvez bicicletas elétricas ou cadeiras elétricas para subir o morro. (Desculpe a viagem). É que subir a pé para mim não dá mesmo (D1. Entrevista concedida em 9 de novembro de 2018).

Outra questão que merece atenção são os banheiros reservados às pessoas com deficiência do ICH:

Os banheiros para pessoas com deficiência eram todos trancados, após reclamação de aluno com deficiência na secretaria ICH, todos os banheiros para deficientes passaram a ficar sempre abertos. Porém, não possuem trancas nas portas por dentro, o que faz com que o aluno que queira utilizar os banheiros tenha que pegar chave na secretaria ICH. [...] já solicitei apoio da direção em situações que demandam investimento financeiro como a questão dos banheiros para deficientes que precisam de trancas nas portas e também de terem espaço para correr o ar, uma vez que não possuem ventilação adequada. (T2. Entrevista concedida em 21 de novembro de 2018).

Percebemos também na afirmação de T2 mais barreiras físicas/ arquitetônicas no ICH: “Garantir mais acessibilidade nos banheiros, colocar elevador na biblioteca, mais rampas de acesso com corrimão [...]” (T2. Entrevista concedida em 21 de novembro de 2018).

2018). Ademais, T3 relata que já foi necessário auxiliar aluno com deficiência na biblioteca: “Para uso dos escaninhos, para acessar livros no 2º piso. Outra questão que atrapalha são as prateleiras onde os livros estão alocados, o espaço é bem estreito e impede a circulação de alunos cadeirantes” (T3. Entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Diante dos fatos, identificamos que, apesar de haver no ICH uma preocupação com acessibilidade física/arquitetônica demonstrada pela presença de elevadores, vagas para deficientes e banheiros adaptados, bem como a preocupação por parte dos gestores, coordenadores e técnicos com a execução de ações que tornem o Instituto mais acessível, isso não tem sido suficiente para eliminar todas as barreiras, uma vez que identificamos na fala dos entrevistados diversas barreiras físicas/arquitetônicas como banheiros acessíveis sem tranca nas portas e ventilação inadequada, biblioteca sem elevador, elevadores sem manutenção, locais sem rampa de acesso, locais sem piso tátil, dentre outros.

Assim, para tornar o ICH/UFJF mais inclusivo é importante caminhar em busca de mudanças que eliminem barreiras de toda ordem, com intuito de superar não somente os obstáculos físico-arquitetônicos, mas também desconstruir conceitos de concepções segregadoras e excludentes. Dessa forma, este processo é contínuo e, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado.

Outro obstáculo encontrado no ensino superior é a falta de acessibilidade pedagógica, representada pela escassez de profissionais da educação na área de inclusão de pessoas com deficiência, impedindo que barreiras atitudinais sejam desconstruídas para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça qualitativamente (VITALIANO, 2010).

Já no que se refere à acessibilidade pedagógica, o entrevistado C6 relata que

Ano passado um aluno do curso de Letras, com deficiência auditiva, se matriculou em uma disciplina do curso de Psicologia. No entanto, mesmo após reivindicações da coordenação, não houve intérprete disponível para acompanhar esse aluno durante os dois primeiros meses do semestre. O aluno permaneceu matriculado na disciplina e recebeu ajuda de uma aluna que estava matriculada na disciplina e que conhecia um pouco de Libras, pois fazia o curso de Libras ofertado pela UFJF. A professora que ministrava a disciplina também conhecia um pouco de Libras, mas não a ponto de dar aula em Libras (C6. Entrevista concedida em 23 de novembro de 2018).

Desta forma, reforçamos a importância de as universidades disporem de recursos e serviços de acessibilidade, tais como o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais,

guias intérpretes, materiais pedagógicos de fácil acesso e equipamentos de tecnologia assistida.

No relato do entrevistado C6 encontra-se o seguinte:

[...] é importante o fornecimento de tecnologias, como computadores com programas de voz que fazem a leitura de todas as informações que aparecem na tela; teclados dos computadores com sinais em alto relevo etc. É fundamental que docentes também sejam orientados quanto aos mais variados tipos de deficiência e sobre como lidar com cada um. Ter sempre dois intérpretes (Libras) disponíveis em sala de aula para o aluno com deficiência auditiva (C6. Entrevista concedida em 21 de novembro 2018).

O entrevistado T1 afirma que

atualmente, a DIAAF vem conversar com o Coordenador do curso do aluno, e nem sempre no início do semestre, e solicita ao Coordenador que converse com os professores. O que acontece é que cada disciplina é de uma forma, e o Coordenador não tem capacidade técnica de esclarecer dúvidas ou elaborar sobre as necessidades específicas do aluno, muito menos explicar as especificidades da condição do aluno (T1. Entrevista concedida em 8 de novembro 2018).

Em contrapartida, D1 enfatiza: “sou muito grato a todos pela assistência pedagógica, e digo todos, incluindo os professores e coordenação de curso que têm muita atenção para com meu caso” (D1. Entrevista concedida em 9 de novembro 2018).

A prática pedagógica do professor precisa ser modificada para a perspectiva inclusiva, isto é, sua metodologia tem que ser acessível e conceber que os estudantes apresentam potencialidades, independente da sua condição biológica (ALMEIDA e FERNANDES, 2016).

Para mais, outro apontamento na pesquisa de campo que pode ser salientado é referente à capacitação de docentes e TAEs no ICH/UFJF, no sentido de promover maior acessibilidade pedagógica. Segundo T3, “é de extrema importância a capacitação para as bibliotecárias e atendentes sobre como lidar com este perfil discente, já que durante os cinco anos que trabalho em bibliotecas da UFJF nunca tive nenhum curso ou treinamento relativo ao atendimento das pessoas com deficiência”. (T3. Entrevista concedida em 23 de novembro 2018).

Evidenciamos que a pessoa com deficiência deve ser inserida e ter a sua permanência garantida dentro da universidade:

[...] as políticas relativas à inclusão supõem um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual seu trabalho é concebido como o

responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la (PAULON et al, 2005, p. 09).

Nesta linha de raciocínio, o entrevistado C1 salienta: “[...] preciso de aconselhamento de especialistas de como a coordenação deve acompanhar estes alunos” (C1, Entrevista concedida em 8 de novembro 2018). Mas, também, C2 afirma isto: “[...] não sei como faria se tivesse algum aluno com deficiência mental, precisaria de apoio especializado das ações afirmativas” (C1, Entrevista concedida em 12 de novembro 2018).

O Decreto de nº 7.611 do ano de 2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no § 2º do art. 5º:

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. §5a Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam a eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência; O Núcleo de Acessibilidade incorporado nas instituições de ensino superior são de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência e principalmente para que possa ajudar e garantir a permanência do mesmo dentro da universidade (BRASIL, 2011 página 1).

Neste contexto, destacamos que o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFJF tem 13 (treze) vagas para bolsistas desde abril de 2019, sendo quatro para tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), seis para acompanhamento a acadêmicos com barreiras de acessibilidade curricular e de comunicação, e três vagas para assessoramento às atividades do NAI. Além disso, também serão selecionados seis voluntários (UFJF, 2019). Segundo a coordenadora do NAI, Katiuscia Vargas Antunes:

A ideia é que os estudantes selecionados trabalhem em monitorias e no acompanhamento acadêmico junto aos alunos com deficiência. Por isso, podem participar do processo seletivo graduandos de todos os cursos. O objetivo é que os selecionados colaborem com o NAI (UFJF, 2019).

Diante da fala da coordenadora do NAI, observamos o esforço da UFJF em tentar modificar a cultura organizacional em prol da inclusão, uma vez que estas modificações geram consequências positivas inclusive na atuação dos alunos bolsistas, na medida em que elas acabam por incitar uma maior compreensão e sensibilização sobre o outro, podendo levar o aprendizado para a futura carreira profissional.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

Ademais, C4 destaca que “[...] secretaria também pode estimular seus servidores que lidam com atendimento ao público a fazer curso de libras que é disponibilizado on-line pela própria UFJF” (C4. Entrevista concedida em de novembro de 2018).

No entanto, percebemos na fala do entrevistado GS2 que a UFJF tem setor próprio para atendimento especializado de alunos com deficiência e tem se empenhado em realizar grupos de discussão para a inclusão deste perfil na universidade.

No caso da acessibilidade pedagógica, ocorreu a contratação de mais intérpretes de Libras. A PROGEPE disponibiliza cursos de capacitação para os servidores, como o de Libras. No NAI existe equipe capacitada para atender alunos com deficiência que necessitam de atendimento especializado. O NAI possuirá instalação mais ampla e acessível. Outra ferramenta que a UFJF tem adotado é realizar fóruns e mesas redondas para que as demandas acerca da inclusão de pessoas com deficiência no campus sejam explicitadas e as soluções debatidas democraticamente. De maneira geral, como as deficiências são múltiplas, a universidade trabalha com o intuito de incluir a todos, de modo a identificar as especificidades das demandas de cada aluno (GS2. Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2018).

Salientamos, conforme o entrevistado GGS, que a universidade tem a preocupação de oferecer atendimento especializado a partir do ingresso dos estudantes com deficiência:

[...] o acolhimento inicia-se desde o processo seletivo do Vestibular e PISM, disponibilizando inclusive palestras para os familiares das pessoas com deficiência, enquanto os candidatos realizam as provas no campus sede. Nas palestras, abordamos a Universidade e a relação da instituição com a temática da acessibilidade. O atendimento especializado durante as provas do PISM e Vestibular é extensivo para qualquer discente que solicite atendimento especializado e comprove esta necessidade (GS2. Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2018).

O acolhimento deste perfil discente deve ocorrer não somente no ingresso, mas em todo período de estudo dos alunos com deficiência, permitindo a conclusão da graduação. Na afirmação do entrevistado D5, que é amputado bilateral, percebe-se que, infelizmente, alguns estudantes desistem dos estudos em função das inúmeras barreiras existentes. Registra D5:

Eu pensei várias vezes em desistir, até porque meu amigo deficiente visual havia desistido. Fui numa palestra e não tinha intérprete, por isso farei o curso de Libras para ajudá-los (D5. Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018).

Diante de tudo que foi apresentado, é válido enfatizarmos, mesmo com o avanço na legislação, bem como na compreensão por parte dos atores entrevistados, a inclusão de

peças com deficiência no ensino superior é de grande relevância, mas ainda há muito o que ser feito para consolidação do processo de inclusão educacional. Na UFJF, notamos que ainda existem lacunas a serem resolvidas, contudo a questão da inclusão está em processo evolutivo, o que é motivo de satisfação.

Considerações finais

O presente artigo buscou, através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação em loco, traçar um panorama da acolhida e permanência dos alunos com deficiência matriculados em cursos de graduação no âmbito do ICH/UFJF e discutir sobre as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes. Realizar este estudo nos permitiu refletir sobre a importância de lutarmos por uma educação superior mais justa e inclusiva, considerando que atualmente existem leis que garantem o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior, mas é necessário efetivar a operacionalização dessas leis.

Os avanços em termos de legislação que foram realizados ao longo dos anos no Brasil, como o decreto 9.034/2017, que disponibiliza cotas para pessoas com deficiência no ensino superior uma política pública que auxilia no ingresso de pessoas com deficiência no ensino superior, porém as universidades precisam dar meios para que os discentes permaneçam no ensino superior e concluam as suas graduações com a devida qualidade.

A partir da pesquisa realizada foi possível perceber que a UFJF já avançou com relação à efetivação de práticas inclusivas, principalmente por meio da criação do NAI e da atuação dos gestores superiores, docentes, TAEs e discentes, engajados em promover uma universidade mais inclusiva. No que concerne às adaptações físicas e arquitetônicas que já foram feitas, especialmente no ICH, é possível mencionar a construção de 6 (seis) elevadores, a reserva de vagas adaptadas de estacionamento, os banheiros e bebedouros adaptados.

Contudo, por meio dos estudos realizados, sugerimos que sejam revistos os modelos atuais de levantamento de dados sobre a presença de alunos com deficiências no ICH/UFJF, bem como que se reflita acerca da importância de a universidade investir na capacitação contínua dos servidores para prestar serviço qualitativo no que se refere ao atendimento dos alunos com deficiência.

Pontuamos também que, apesar de haver no ICH/UFJF a preocupação e empenho por parte dos servidores lotados neste Instituto em incluir os alunos com deficiência, os esforços ainda não foram suficientes para eliminar todas as barreiras. Desta maneira, recomendamos que se aplique o Plano de Ação descrito no capítulo 3 para soluções mais efetivas.

Frente à complexidade que envolve as ações de inclusão de alunos com deficiência no contexto do ensino superior, não pretendemos neste estudo esgotar as discussões. A intenção é estimular as reflexões e diálogos acerca do tema e apontar ações que levem à inclusão dos estudantes com deficiência na universidade.

Deste modo, ao longo desta investigação, evidenciamos que incluir pessoas com deficiência nos múltiplos espaços sociais, e, especialmente no âmbito das universidades públicas, exige um movimento de adequação que não passa somente pelo direito de acesso, mas sim pelas condições de acolhimento e permanência.

Referências

ALMEIDA, Claudovil Barroso Junior; FERNANDES, Sueli. Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais. **Estação Científica (UNIFAP)**. Macapá, v. 6, n. 3, p. 75-83, set./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/viewFile/2912/claudevilm6n3.pdf>.

ANTUNES, Kátiuscia C. Vargas. Exclusão e Inclusão: Os dois lados da Moeda. **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História**. Juiz de Fora, vol. 2, n. 3 jan/jun, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/3.Artigo-D2.Katiuscia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

ANTUNES, Kátiuscia C. Vargas. **História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito**. 2012. 154 f. Orientadora: Rosana Glat. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/KatiusciaAntunes_Tese_2012.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 abr.2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 11 ago.2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 3 dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 25 mar.2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 19 mar.2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF, julho 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-pl.html>. Acesso em: 23 abr.2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Brasília, DF, abril 2017. Dispõe sobre o ingresso de estudantes com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Decreto-9034-2017-04-20.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **A consolidação da Inclusão Escolar no Brasil 2003 a 2016**. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/.../a-consolidac3a7c3a3o-da-inclusc3a3o-escolar-n>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2878/3611.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 de jun.2018.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Set /Out /Nov /Dez 2003, nº 24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

GUERREIRO, E.M.R.; Almeida, M.A.; Silva Filho, J.H. (2014). **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**. Avaliação, 1(19), 31-60. Recuperado: 04 out.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

2016. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.); MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.p.15-29.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, n. 33, set/dez 2006 v.11, n.33 Sept./Dec., 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002.

Acesso em: 21 abr.2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** ONU, 2006.Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopesoascomdeficiencia.pdf>.Acesso em: 20 jan.2019.

PEREIRA, Marilu Mourão. **Inclusão e universidade:** análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14671>. Acesso em: 20 ago.2018.

PEREIRA, L. M. F. et al. Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. **Fisioterapia em Movimento,** Curitiba, v. 24, n. 2, p. 299-306, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502011000200011. Acesso em: 21 jun.2018.

PERINI, Thelma Íris. **O Processo de Inclusão no Ensino Superior em Goiás: A Visão dos Excluídos.** 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1266>. Acesso em: 14 jul.2018.

PRIETO, Rosângela Gavioli.Parte III- Entre Pontos e Contrapontos.In: In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.); MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.p.91-103.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva:** a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12854>. Acesso em: 16 fev.2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Portaria nº 1172, de 15 setembro de 2014.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Portaria-1172-Deleg-compet-DIAF.pdf>. Acesso em: 21 mar.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020.** 2016a. Disponível em: <file:///C:/Users/Recep%20C3%A7%C3%A3o/Downloads/PDI%202016%202020%20UFJF.pdf>. Acesso em: 07 ago.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Projeto Pedagógico de Curso.** 2018c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/geografia/files/2015/04/PPC-LICENCIATURA.pdf>. Acesso em: 07 ago.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Instituto de Ciências Humanas.** 2018d. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ich/home/institucional>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia.** 2017c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/psicologia/files/2018/04/PPC-Psicologia-UFJF-aprovado-no-CONGRAD.pdf>. Acesso em: 17 ago.2018.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Resolução 92, de 23 agosto 2018.** Apoiar à criação do Núcleo de Apoio à Inclusão. 2018j. Disponível em: https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2018/02/RES_092.2018-N%C3%BAcleo-de-Apoio-%C3%A0-Inclus%C3%A3o.pdf.23 de set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Resolução 111, de 17 outubro 2018. **Aprova Plano Pedagógico para Licenciaturas. 2018k.** Disponível em: <http://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/sites/30/2018/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-111.2018-Projeto-Pedag%C3%B3gico-Institucional-das-Licenciaturas.pdf>. Acesso em: 09 nov.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Apoio à Inclusão recebe inscrições para treinamento profissional.** 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/04/02/apoio-a-inclusao-recebe-inscricoes-para-treinamento-profissional/>. Acesso em: 05 abr.2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 20 mai. 2018.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 26. mai.2018.

VITALIANO, C. R. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina: Eduel, 2010.

REVELLI, Vol. 13. 2021. Dossiê formação de professores, inclusão e atendimento educacional em ambiente

ISSN 1984-6576.

E-202156

22